

ETC 7/01

Processo : AP - 1212/02

Data de Publicação : 04/05/2002

Órgão Julgador : Quinta Turma

Juiz Relator : Exmo Juiz Eduardo Augusto Lobato

Juiz Revisor : Exmo Juiz Jose Murilo de Moraes

Agravante: BELO HORIZONTE REFRIGERANTES LTDA.

Agravado: MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

EMENTA: EMBARGOS À EXECUÇÃO OPORTUNIDADE ART. 884 DA CLT. Não merece acolhida a pretensão de que na execução por quantia certa, fundada em termo de ajuste de conduta firmado perante o Ministério Público do Trabalho, a tempestividade dos embargos à execução seja aferida por aplicação do art. 642 da CLT. Esse dispositivo situa-se no Título VII da Consolidação, dedicado ao "Processo de Multas Administrativas" e trata da cobrança judicial das multas impostas pelas autoridades administrativas do trabalho, fixando em trinta dias o prazo para que o executado ofereça embargos. Ora, nem o Ministério do Trabalho confunde-se com o Ministério Público do Trabalho e nem execução fundada em termo de ajuste de conduta identifica-se com "multa imposta por autoridade administrativa do trabalho". São distintos o campo de atuação e a competência daquelas instituições e coisas diversas a aplicação de cláusula penal prevista no próprio título executivo e a imposição de multa administrativa. A norma aplicável, quando se trata da execução dos termos de ajuste de conduta firmados perante o Ministério Público do Trabalho, é o art. 876 da Consolidação, pelo qual essa far-se-á da forma estabelecida no Capítulo V da CLT (Da Execução). Ali, o art. 884 dispõe: "Garantida a execução ou penhorados os bens, terá o executado cinco dias para apresentar embargos, cabendo igual prazo ao exeqüente para impugnação". Por essa razão, não há cogitar do enquadramento dos fatos em outro dispositivo legal que não o referido art. 884.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Agravo de Petição, sendo agravante **BELO HORIZONTE REFRIGERANTES LTDA.** e agravado **MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO.**

RELATÓRIO

No bojo da execução movida por **MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO** em face de **BELO HORIZONTE REFRIGERANTES LTDA.**, processo n. 641/01, oriundo da Vara do Trabalho de Ribeirão das Neves, a MM. Juíza Cristiana Maria Valadares Fenelon, pela sentença de fls. 98-100, cujo relatório adoto e a este incorporo, não conheceu dos embargos à execução, em razão da sua intempestividade.

A executada opôs embargos de declaração (fls. 102-104), julgados improcedentes (fls. 105-106). Não se conformando, a executada interpõe

agravo de petição (fls. 108- 114), pedindo se declare a nulidade da sentença, por negativa de prestação jurisdicional e falta de fundamentação. Invocando o art. 642 da CLT, que diz violado, sustenta que os embargos à execução eram tempestivos. De resto, expõe novamente as teses ali defendidas, para o caso de esta Turma decidir-se por analisar o mérito da questão.

Contraminuta às fls. 117-122, à qual o agravado juntou os documentos de fls. 123-130, pelo desprovimento do recurso.

É o relatório.

VOTO

JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE

Porque próprio e tempestivo, regularmente interposto e processado, conheço do agravo de petição. A execução encontra-se garantida pela penhora retratada à fl. 55.

JUÍZO DE MÉRITO

Nulidade da sentença

Trata-se de ação de execução por quantia certa, fundada em título

executivo extrajudicial, qual seja, termo de ajuste de conduta firmado pela agravante perante o ora agravado. A i. Magistrada, acolhendo preliminar suscitada em contra-razões aos embargos à execução, declarou-os intempestivos e deles não conheceu. A agravante denuncia negativa de prestação jurisdicional e falta de fundamentação, mesmo após provocação do Juízo via embargos de declaração. Quer enfrentamento das questões ali suscitadas. Como se verifica pela leitura das razões de embargos de declaração (fls. 102-104), a embargante não se conformara com a decisão proferida em embargos à execução e trouxe novamente à baila a questão da tempestividade destes últimos. Pretendia que a tese adotada na sentença fosse substituída por outra, mais consentânea com os seus interesses. Olvidou-se, todavia, de que os embargos de declaração, por sua própria natureza, apenas integram, mas não substituem, a sentença declarada (art. 897-A da CLT e art. 535, I e II do CPC).

A discussão acerca da qualidade do julgamento não cabia, portanto, na estreita via dos embargos de declaração, mas sim, exigia recurso próprio, do qual agora se utiliza a agravante.

Inexistente o alegado vício, não há nulidade a ser pronunciada.
Preliminar rejeitada.

Tempestividade dos embargos à execução

Não se conforma a agravante com o decreto de intempestividade dos embargos à execução. Argumenta que o art. 642 da CLT estabelece que a cobrança judicial das multas impostas pelas autoridades administrativas do trabalho deve atender o disposto no art. 16 da Lei n. 6.830/80, que fixa em 30 dias o prazo para oferecimento dos embargos. De pronto, deve ser afastada a pretendida aplicação do art. 642 da CLT, que se situa no Título VII, dedicado ao "Processo de Multas Administrativas", campo de atuação do Ministério do Trabalho. Aqui não se trata de "multa imposta por autoridade administrativa do trabalho", mas de aplicação de cláusula penal, prevista no próprio termo de ajuste de conduta firmado perante o Ministério Público do Trabalho. Releva salientar que essa instituição não se confunde com aquela outra, detendo campo de atuação próprio e competência distinta. Incide, no caso, o disposto no art. 876 da Consolidação, determinando que a execução dos termos de ajuste de conduta firmados perante o Ministério Público do Trabalho sejam executados pela forma estabelecida no seu Capítulo V (Da Execução). Ao tratar dos embargos à execução, o referido Capítulo dispõe, no art. 884: "Garantida a execução ou penhorados os bens, terá o executado cinco dias para apresentar embargos, cabendo igual prazo ao exequente para impugnação".

Por essa razão, não há cogitar do enquadramento dos fatos em outro dispositivo legal que não o referido art. 884. A certidão no verso do auto de penhora (fl. 55-verso) indica que a executada teve ciência desta no dia 3-10-2001. O prazo para se insurgir contra a execução contar-se-ia, portanto, até o dia 8 seguinte. Apenas em 5-11-2001, quase um mês depois, é que a executada veio a apresentar os embargos à execução. A marcha processual, porém, não retrocede e a oportunidade já não poderia ser revivida, atingida que fora pela preclusão.

Diante desse quadro fático de manifesta extemporaneidade dos embargos à execução, outra não poderia ter sido a sentença.

Nego provimento.

Com essas razões, conheço do agravo de petição da executada, BELO HORIZONTE REFRIGERANTES LTDA.; no mérito, nego-lhe provimento.

MOTIVOS PELOS QUAIS,

O Tribunal Regional do Trabalho da Terceira Região, em Sessão Ordinária da Egrégia Quinta Turma, preliminarmente, à unanimidade, conheceu do agravo; sem divergência, rejeitou a preliminar argüida e, no mérito, negou-lhe provimento.

Belo Horizonte, 16 de abril de 2002.

EDUARDO AUGUSTO LOBATO

Relator e Presidente "ad hoc"

NÚMERO ÚNICO: 00641-2001-093-03-00-1
TRT/AP/1212/02